

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

E a minirreforma eleitoral?

Senadores divergem sobre o texto aprovado na Câmara, que aliviou a vida dos partidos. A base governista afirma não ter clima para votar a proposta que blinda o uso dos fundos Partidário e Eleitoral, além de dar um prazo maior para pagamento de dívidas. Já o Centrão e a oposição esperam que seja aprovado por votação simbólica, tal como na Câmara. Há acordo entre os presidentes das legendas e até o PT, na avaliação de partidos de esquerda, ofereceu baixa resistência ao texto. Por isso, a aposta é de que será votado quando estiver perto do recesso branco da Copa do Mundo.

Unidos venceremos

Depois de meses de negociação e espera, os produtores rurais endividados podem ter um bote salva-vidas. Relator da securitização no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) conseguiu chegar a um consenso entre o agronegócio e o Ministério da Fazenda. De acordo com o senador, não está descartada a edição de uma medida provisória com mais de 90% do que foi defendido em seu relatório.

Cálculo temporal

A decisão entre seguir a tramitação do projeto no Congresso ou editar a MP cabe ao governo. Calheiros defende a medida provisória por ser imediata e, assim, aliviar no curtíssimo prazo a situação dos produtores rurais endividados e muitos inadimplentes. O Executivo, porém, aceita a carência de 10 anos com a criação de um fundo e a solução para os produtores que não têm mais como dar garantias para conseguir empréstimos.

1989 e 2026

Com a alta rejeição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Flávio Bolsonaro, todos os partidos farão seus testes rumo ao Planalto. A aposta é que esta eleição terá mais candidatos do que a de 2022. A primeira eleição direta pós-ditadura militar, em 1989, foi recordista, com 22 postulantes ao Planalto. Agora, espera-se metade disso. E será um recorde.

Uma viagem, milhões de objetivos

A ida do pré-candidato do PL ao Planalto, Flávio Bolsonaro, aos Estados Unidos, é, obviamente, a grande aposta para tirá-lo da defensiva em relação ao dinheiro recebido do ex-banqueiro Daniel Vorcaro. Oficialmente, só se fala da possibilidade de reunião com o presidente Donald Trump. Porém, há outros objetivos velados nessa ida. O senador pretende aproveitar para, junto com o irmão, Eduardo Bolsonaro, organizar as explicações

da prestação de contas do filme *Dark Horse* que o parlamentar precisa dar ao próprio partido daqui a 27 dias, a fim de cumprir o prazo de 30 dias que solicitou à cúpula do PL. Paulo Calixto, advogado do ex-deputado e gestor do fundo Mercury Legacy Trust, teria recebido os recursos para a produção.



Me deixem quieto/ Os dias nos EUA representam a oportunidade para Flávio sair do cerco de entrevistas que podem terminar desastrosas — tal como a que ocorreu na semana passada, quando um repórter do portal *The Intercept Brasil* perguntou se o filme havia sido financiado por Vorcaro e o senador disse que era mentira. As imagens do pré-candidato negando esse financiamento, e rindo da pergunta, continuam em alta nas redes sociais. O momento é de reorganizar o jogo e salvar a lavoura — ou seja, a candidatura.



CURTIDAS

Jogue ao mar/ Aliados da governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), defendem o rompimento definitivo com o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB). Inclusive, apontam que isso está demorando, uma vez que ninguém sabe ao certo o que virá na delação do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, que continua preso.

Vespeiro/ O leilão de energia que joga peso e recursos nas termoelétricas a gás, óleo e carvão, na contramão da energia limpa, virou uma casa de marimbondos que ninguém destrói. A esperança dos parlamentares é que o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público consigam agir em junho. Da parte do Executivo, não se espera uma ação contundente.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Explica aí/ Por falar em Executivo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), foi convocado para prestar esclarecimentos sobre o leilão na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Ele é esperado por lá na próxima quarta-feira.

Instale se for capaz/ A depender das declarações públicas do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e de Flávio Bolsonaro, tem que haver uma CPI do Banco Master. Davi Alcolumbre (União-AP), porém, guardou esse pedido na gaveta. E só vai tirá-lo de lá se houver ordem judicial.

MEIO AMBIENTE

PL restringe fiscalizações

Projeto impede que prevenção à devastação se baseie em monitoramento por satélite. E punição só virá após notificação

» FABIO GRECCHI
» RAFAELA GONÇALVES

A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira e em votação simbólica, o Projeto de Lei (PL) 2.564/25, que proíbe embargos e outras medidas que impeçam o desmatamento somente com base em imagens de satélite. Segundo parlamentares ambientalistas, a proposta fragiliza a fiscalização remota de áreas desmatadas. Além disso, o texto exige que os produtores sejam notificados antes da imposição de sanções pela destruição vegetal.

O PL integrava uma série de propostas que a bancada ruralista na Câmara apelidou de "Dia do Agro". Foi votado na sequência de outras matérias de interesse da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). O texto vai ao Senado e, segundo especialistas, caso seja aprovado e, futuramente, torne-se lei, pode fragilizar acordos internacionais que exigem a preservação ambiental como condição para trocas comerciais.

Segundo o PL, no caso de detecção remota de áreas desmatadas, "deverá ser assegurada prévia notificação do administrado para apresentação de esclarecimentos e documentos em prazo razoável." O deputado Lúcio Mosquini (PL-RO), autor do projeto, disse que "o que queremos é que antes desse embargo o produtor seja notificado".

Já a relatora do PL, deputada Marussa Boldrin (Republicanos-GO), disse que "produtores amanhcem com propriedades embargadas por meio de apontamentos feitos em sistemas remotos, como o Prodes, sem fiscalização in loco, sem direito ao contraditório e sem direito de defesa".

A bancada ambientalista

observou que mais de 90% dos desmatamentos são detectados por sensoriamento remoto. Para o líder do PSol na Casa, deputado Tarcísio Motta (RJ), o PL "fragiliza os mecanismos de fiscalização ambiental e impede que determinadas medidas cautelares que são preventivas aconteçam na urgência e na intensidade que são necessárias. O monitoramento remoto dessas áreas é eficiente".

O tema ganhou apelo junto aos produtores rurais após a concessão de crédito rural ser condicionada ao uso de dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) desde 1º de abril.

No "Dia do Agro", também foram aprovados outros projetos considerados nocivos à preservação ambiental. Organizações como Greenpeace, Arayara, Avaaz, SOS Mata Atlântica e WWF-Brasil classificaram as votações como um "tratoço" contra a política ambiental brasileira. Em comum, as entidades apontam que o Congresso priorizou interesses imediatos da bancada ruralista em detrimento de políticas de preservação ambiental, agricultura sustentável e enfrentamento da crise climática.

Um dos projetos é o PL 364/19, que reduz a proteção sobre formações não florestais e pode abrir espaço para conversão agrícola em larga escala. Segundo a SOS Mata Atlântica, a proposta deixa desprotegidos cerca de 48 milhões de hectares de campos nativos em diferentes biomas.

Outro é o PL 2.486/26, que altera a proteção da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará. Segundo o WWF-Brasil, a conversão de parte da área em Área de Proteção Ambiental (APA) reduz o nível de proteção da região e pode incentivar ocupações irregulares, grilagem e avanço do desmatamento na Amazônia.

Reprodução



O desmatamento é detectado, sobretudo, pelo monitoramento por satélite, que o PL dos ruralistas dificulta



(O PL) fragiliza os mecanismos de fiscalização ambiental e impede que determinadas medidas cautelares aconteçam na urgência e na intensidade que são necessárias. O monitoramento remoto dessas áreas é eficiente"

Deputado Tarcísio Motta (RJ), líder do PSol na Câmara

STF dá sinal verde para a Ferrogrão

» RENATO SOUZA
» VANILSON OLIVEIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, ontem, por 9 x 1, a lei aprovada em 2017 que destinou parte do Parque Nacional do Jamanxim (PA) para o projeto da Ferrogrão — ferrovia que liga Sinop (MT) ao Porto de Mirirituba (PA) para o escoamento da produção agropecuária do Centro-Oeste. Os ministros, porém, frisaram que a validação não significa que a obra está automaticamente liberada para execução, pois os envolvidos no projeto não estão dispensados de cumprir todas as exigências legais, como licenciamentos ambientais.

A Corte julgou uma ação do PSol que questionava a alteração nos limites do Jamanxim para permitir a construção da Ferrogrão. O projeto da ferrovia (EF-170) foi apresentado em 2012, mas ganhou tração em 2016, quando foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Entidades ambientalistas e indígenas argumentam que o traçado corta uma unidade de proteção integral.

Segundo Pedro Charbel, da Aliança Chega de Soja — que reúne mais de 40 organizações e movimentos sociais contrários à expansão da cadeia do agronegócio sobre a Amazônia e o Cerrado —, "a Ferrogrão segue sem licença e com estudos falhos. Os

povos indígenas e comunidades tradicionais sequer foram consultados".

Lideranças indígenas ligadas à região do Tapajós criticaram a decisão. Alessandra Munduruku, presidente da Associação Pariri, lembrou que "ontem (quarta-feira) a Câmara dos Deputados aprovou o projeto para reduzir a Flona do Jamanxim e, hoje (ontem), o STF autorizou mudar o Parque para abrir caminho para uma ferrovia da morte. Nada disso é para benefício da população, sem se importar com a morte do nosso rio e os impactos na nossa floresta".

Lucas Tupinambá, coordenador do Conselho Indígena Tupinambá Arapiuns, afirmou que "o agronegócio pode até ter vencido essa

etapa, mas não pode apagar que esse projeto segue travado e contestado. A resistência vai continuar. Não vamos aceitar que decidam o futuro do Tapajós sem os povos que vivem e protegem esse rio".

Para Renata Utsunomiya, analista de políticas públicas de transporte na Amazônia no Grupo de Trabalho Infraestrutura e Justiça Socioambiental, "a Ferrogrão desconsidera os impactos socioambientais na região dos rios Tapajós e Xingu. Pode aumentar o avanço do agronegócio no Mato Grosso e no Pará pressionando territórios tradicionais. Também aumentaria os portos e a degradação do Rio Tapajós com o tráfego intenso de barcas de soja".